



# TJDFT

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

## CONCURSO PÚBLICO

**Cargo:** Técnico Judiciário

**Áreas:** Administrativa e Judiciária

**CADERNO DE PROVAS**

**Aplicação: 1.º/6/2003**

**TARDE**



### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cinquenta** questões objetivas corretamente ordenadas.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada questão cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,25 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2003 – TJDFT, de 21/3/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes instruções, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA

- I 2/6/2003 – Divulgação, a partir das 10 h, dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II 3 e 4/6/2003 – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente na Gerência de Atendimento do CESPE/UnB, em Brasília, das 9 às 16 horas.
- III 1.º/7/2003 – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial do Distrito Federal e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e do concurso para o cargo de Técnico Judiciário / Áreas: Administrativa e Judiciária.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 13 do Edital n.º 1/2003 – TJDFT, de 21/3/2002.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)-61-448-0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos e desde que citada a fonte.

Nas questões de 1 a 50, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas. Na **folha de respostas**, a indicação do campo **SR** é facultativa e não contará para efeito de avaliação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

## LÍNGUA PORTUGUESA

### Texto I – questões de 1 a 5

#### A viabilidade dos direitos humanos

1 A consciência universal sobre a importância dos direitos humanos chegou a uma nitidez nunca antes atingida. Entende-se: já comemoramos o cinquentenário da Declaração Universal dos  
4 Direitos do Homem (aprovada pela Assembléia-Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948, em Paris).

Nunca se proclamaram tão altos esses direitos, e nunca — é  
7 obrigação reconhecê-lo — eles foram tão sistematicamente violados como em nossos tempos. A luta para estabelecê-los firmemente em nossas consciências, na consciência de cada ser humano, em  
10 especial na consciência dos governantes, passa obrigatoriamente por uma luta constante por parte daqueles que se reivindicam “militantes da causa dos direitos humanos”.

13 Essa tensão entre o crescente interesse pelos direitos humanos e suas constantes violações nos chama dramaticamente à ação, em contribuir permanentemente para dar-lhes vigência. Não  
16 basta, não é suficiente que estejam formalmente declarados, firmados e confirmados no plano internacional, bem como, na maioria dos casos, inseridos no direito positivo interno dos Estados.  
19 Na verdade uma grande exigência se faz presente: agir diuturnamente para transformá-los em realidade bem viva. Conhecida e aceita por todos.

22 No próprio ventre da Revolução Francesa, de onde os direitos humanos de primeira geração se originaram, estabeleceu-se a crítica; portanto, a luta não é nova. O abismo existente entre a  
25 igualdade proclamada e a desigualdade real veio a agravar-se com o advento da Revolução Industrial. As péssimas condições de vida das massas sociais agrupadas em torno dos centros mineiros e fabris inspiraram a busca de uma nova ordem, que garantisse condições de  
28 vida digna.

Começou então a luta pelo reconhecimento dos direitos  
31 humanos de segunda geração, ou seja: os direitos de igualdade econômica, social e cultural, que passou a ser uma nova exigência desde as reuniões da Internacional Socialista e dos congressos  
34 sindicais que ocorreram durante o século XIX. No plano internacional, somente em 1966 os direitos humanos de segunda geração foram reconhecidos, por meio do **Pacto Internacional de**  
37 **Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**, aprovado pela Assembléia-Geral das Nações Unidas.

O referido pacto, em seus primeiros artigos, reconhece o  
40 direito ao trabalho e a uma remuneração que assegure condições de uma existência digna, direito à sindicalização, ao descanso e ao lazer, à segurança social, direito à proteção e assistência à família,  
43 à mãe e às crianças, bem como o direito à saúde e à educação.

Em outro artigo, é reconhecido o direito fundamental de toda  
46 pessoa estar protegida contra a fome. Novamente nos deparamos com a grande contradição entre o que se proclama e o que é a realidade concreta em nossa América Latina. A miséria latino-americana é simplesmente escandalosa; na verdade, nos  
49 últimos tempos, temos produzido uma horda de milhões de novos pobres, sendo que a metade desse contingente é formada por miseráveis que não conseguem sequer satisfazer minimamente as  
52 suas necessidades básicas.

Jair Krishke. Internet: <<http://www.dhnet.com.br>>. Acesso em abril de 2003 (com adaptações).

### QUESTÃO 1

Assinale a opção correta quanto à síntese das idéias desenvolvidas nos parágrafos do texto I.

- A Os dois primeiros parágrafos apresentam o histórico do problema abordado no texto: os direitos sociais e culturais que são garantidos aos cidadãos.
- B O terceiro parágrafo aborda o interesse crescente pelos direitos humanos, alertando que, apesar de estarem já declarados, é necessário que eles sejam firmados em realidade conhecida e aceita por todos.
- C O quarto parágrafo faz um percurso cronológico desde a Revolução Francesa, origem dos direitos humanos, passando pela Revolução Industrial inglesa, chamada de primeira geração, até chegar à segunda geração, a dos direitos de igualdade econômica, social e cultural, no século XX.
- D O quinto parágrafo refere-se explicitamente ao Pacto de Varsóvia, após a Primeira Grande Guerra Mundial, que reconhece o direito ao trabalho e à remuneração que assegure uma existência digna, ao descanso remunerado, ao lazer, bem como à saúde e à educação gratuitas.
- E No último parágrafo, está expresso o direito fundamental de toda a pessoa — a fome —, principalmente na América Latina, onde há uma população de miseráveis que não conseguem sequer satisfazer suas necessidades básicas.

### QUESTÃO 2

Assinale a opção **incorreta** com referência ao último parágrafo do texto I.

- A O fragmento “toda pessoa estar protegida contra a fome” (l.44-45) opõe-se a **toda pessoa estar faminta**.
- B A “grande contradição entre o que se proclama e o que é a realidade concreta” (l.46-47) situa-se entre o discurso e a prática.
- C A passagem “A miséria latino-americana é simplesmente escandalosa” (l.47-48) significa que as mulheres muito pobres costumam se prostituir para garantir uma forma de sobrevivência.
- D O vocábulo “horda” (l.49) significa **bando, quantidade muito grande**.
- E O termo “miseráveis” (l.51) refere-se àqueles cidadãos que não têm como satisfazer suas “necessidades básicas” (l.52), que incluem a alimentação.

**QUESTÃO 3**

Assinale a opção cuja paráfrase do segundo parágrafo do texto I, além de manter relação com as idéias principais do texto, está com a pontuação correta.

- A Nunca esses direitos foram proclamados tão alto e nunca é demais reconhecê-los assim: tão violados como em nossos tempos; por isso, a luta para estabelecê-los firmemente em nossas consciências, passa obrigatoriamente por uma disputa constante, por parte daqueles que se denominam “militantes da causa dos direitos humanos”.
- B É obrigação de todos reconhecer que os direitos humanos são sistematicamente proclamados e violados, em nossos tempos, quando a luta para estabelecê-los definitivamente na consciência de cada ser humano, passa por uma briga acirrada contra aqueles que se intitulam “militantes da causa dos direitos humanos”.
- C A luta para estabelecer fortemente os direitos humanos na consciência de cada ser humano, em especial nos governantes, “militantes da causa”, decorre do fato de que nunca se proclamaram tão alto esses direitos e, nunca eles foram tão sistematicamente violados como em nossos tempos.
- D Nunca os militantes da causa dos direitos humanos proclamaram-nos tão alto; todavia, é obrigação declarar, que jamais eles foram tão sistematicamente violados, como em nossos tempos, quando a luta para estabelecer firmemente nossas consciências, a consciência de cada ser humano, especialmente a consciência dos governantes, é constante.
- E É necessário se reconhecer isto: nunca os direitos humanos foram proclamados tão alto, e nunca foram tão violados como em nossos dias. Assim, a luta para estabelecê-los, com firmeza, na consciência de cada ser humano, especialmente na dos governantes, passa, obrigatoriamente, por um esforço constante daqueles que se dizem “militantes da causa dos direitos humanos”.

**QUESTÃO 4**

Com referência aos processos coesivos de referência do texto I, julgue os itens subseqüentes.

- I Na linha 1, “sobre” equivale a **em cima**.
- II Na linha 14, “suas” refere-se a “direitos humanos” (l.13-14).
- III Na linha 15, “lhes” refere-se a “violações” (l.14).
- IV Na linha 20, “los” refere-se a “Estados” (l.18).
- V Na linha 22, “onde” refere-se a “Paris” (l.5).
- VI Nas linhas 30 e 31, “direitos humanos de segunda geração” relaciona-se a “direitos de igualdade econômica, social e cultural” (l.31-32).
- VII Na linha 51, “que” refere-se a “miseráveis”.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 3.                      B 4.                      C 5.                      D 6.                      E 7.

**Texto II – questões 5 e 6**

À luz dos direitos humanos, pobreza pode ser definida como uma condição humana caracterizada pela privação dos recursos, capacidades, escolhas, segurança e poderes necessários para o gozo de um nível adequado de vida e de outros direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, levando-se em conta que os diferentes níveis de pobreza afetam de maneira direta a natureza da indivisibilidade e interdependência de todos os direitos humanos.

Em 12 de abril de 2000, a Comissão das Nações Unidas teve a oportunidade de explorar o impacto da pobreza sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais e, particularmente, a desproporção desse impacto sobre mulheres, grupos minoritários, migrantes, silvícolas e crianças.

Talvez não haja algum fenômeno social que assalte de forma tão brusca os direitos humanos como a pobreza o faz, por desgastar ou anular os direitos econômicos e sociais, como: direito à alimentação, à água potável, à saúde, à educação, à habitação, à segurança pessoal, à justiça e à dignidade. Embora todos esses direitos sejam interligados e interdependentes, observa-se que, para as pessoas que vivem na pobreza, talvez eles não passem de um sonho muito distante de se tornar realidade.

Internet: <<http://www.dhnet.org.br>>. Acesso em 3/4/2003 (com adaptações).

**QUESTÃO 5**

Relacionando o texto I ao texto II quanto às idéias e à tipologia textual, assinale a opção correta.

- A Pela temática desenvolvida, o texto II pode ser considerado uma perífrase ampliada do texto I.
- B Opõem-se os textos I e II quanto à tipologia textual: aquele é predominantemente narrativo; este é essencialmente descritivo.
- C Enquanto o texto I discorre essencialmente a respeito da fome, o texto II desenvolve o tema da pobreza perante a Declaração dos Direitos Humanos.
- D Os dois textos fazem um alerta à sociedade quanto às diferenças sociais, no que tange aos direitos à alimentação, à saúde, à educação, em prol da dignidade humana.
- E Abordar o necessário comprometimento dos indivíduos e das nações frente aos direitos humanos é um dos pontos tratados com destaque nos textos I e II.

**QUESTÃO 6**

Considerando a transformação ocorrida em passagens do texto II, assinale a opção correta quanto à grafia e à pontuação.

- A A pobreza pode ser entendida como a privação de recursos, capacidades, escolhas e poderes necessários ao gozo de um nível adequado de vida.
- B É necessário o comprimento dos direitos civis, culturais, econômicos, políticos e sociais, por que os diferentes níveis de pobreza afetam a natureza de todos os humanos.
- C Em 12/4/2000, a Comissão da ONU obteve a oportunidade de explorar o impato da pobreza sobre os direitos civis: políticos, econômicos, sociais e culturais.
- D As mulheres, os grupos minoritários, os imigrantes, os selvícolas e as crianças, são as principais vítimas da pobreza.
- E Os direitos econômicos e sociais (a comida, a água potável, a habitação, a segurança pessoal, a justiça — mesmo que sejam interligados e interdependentes), não passam de um sonho, muito distante aos miseráveis.

**QUESTÃO 7**

Quanto ao emprego do sinal indicativo de crase, julgue os fragmentos apresentados nos itens a seguir.

- I direito a trabalho e a remuneração que assegure condições de uma existência digna
- II direito à unir-se em sindicatos
- III direito a descanso e à lazer
- IV direito à uma segurança social
- V direito à proteção à família
- VI assistência para a mãe e às crianças
- VII direito à boa saúde e à educação de qualidade

Estão certos apenas os itens

- A I, II e III.
- B II, V e VI.
- C III, IV e VI.
- D IV, V e VII.
- E V, VI e VII.

**QUESTÃO 8**

Mais perigosa que a força bruta é aquela que brota da indiferença da sociedade ante as violações dos direitos da pessoa humana.

Martin Luther King.

No texto acima,

- A “Mais perigosa que” equivale, sintaticamente, a **perigosíssima**.
- B “força bruta” é o mesmo que **força brutal**.
- C o trecho “aquela que brota da indiferença da sociedade” equivale, semanticamente, à construção: **a proveniente da indiferença social**.
- D seria correto substituir o trecho “ante as violações” por **perante à violações**.
- E os “direitos da pessoa humana” são antônimos dos **deveres pessoais e intransferíveis dos seres vivos**.

**QUESTÃO 9**

Brasília, 1.º de junho de 2003.

Para a Coordenação de Concursos do CESPE/UnB,

Requerimento:

JOSÉ DA SILVA DOS SANTOS REIS, devidamente inscrito no concurso para TÉCNICO JUDICIÁRIO do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, com a inscrição n.º 197.542/03, VENHO, POR DIREITO E MUI RESPEITOSAMENTE, solicitar a Vocês a emissão de uma certidão de comparecimento nesta prova realizada nesta data supracitada, uma vez que hoje estou trabalhando em turnos e preciso comprovar meu afastamento do serviço no período da tarde, para realizar o referido exame.

Nesses termos, peço aceitação do meu pedido e AGUARDO DEFERIMENTO.

Atenciosamente,

José da Silva dos Santos Reis.

Com respeito ao texto acima, assinale a opção correta.

- A O lugar correto para a colocação da data é à esquerda, e não à direita, como se encontra no documento.
- B O tipo de documento adequado para tal finalidade não é o requerimento e, sim, o ofício.
- C Em vez do pronome de tratamento “Vocês”, o redator deveria ter empregado **Vossas Excelências**.
- D O candidato deveria ter solicitado uma **declaração**, e não uma certidão.
- E O fechamento “Atenciosamente” deveria constar **antes** do pedido de deferimento.

**QUESTÃO 10****ATA DA SALA 25**

- 1 Realizou-se, na sala vinte e cinco, do  
prédio das Relações Humanas, da  
Escola Martin Luther King, em Brasília,  
4 Distrito Federal, dia primeiro de junho de  
dois mil e três, das quinze horas às  
dezoito horas e trinta minutos, portanto,  
7 com três horas e meia de duração, esta  
prova (anexa) de Conhecimentos Gerais  
e Específicos para o Cargo de Técnico  
10 Judiciário, do Tribunal de Justiça do  
Distrito Federal e dos Territórios  
(TJDFT), conforme diz o Edital um de  
13 dois mil e três, tendo comparecido todos  
os candidatos inscritos e, portanto, o  
índice de abstenção foi de zero  
16 candidatos. Nada mais havendo a  
constar, eu, MARIA DAS GRAÇAS LUZ  
FLORES, chefe de sala, lavrei esta ata  
19 que será assinada por mim, exprimindo  
a verdade dos fatos, sob o testemunho  
da fiscal de sala. Brasília, 1.º/6/2003,  
22 Maria das Graças Luz Flores e Thomásia  
Aparecida Silva. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Assinale a opção **incorreta** a respeito do texto acima.

- A A redatora da ata respeitou os requisitos formais para a redação do documento, conforme os preceitos dessa tipologia de correspondência oficial.
- B A redatora, ao escrever por extenso os números da sala, das horas, da duração da prova e do edital cometeu erros de grafia e de adequação ao tipo de documento.
- C A grafia do vocábulo “abstenção” (l.15) está incorreta, pois deveria ter sido escrito **abstenção**.
- D A passagem “exprimindo a verdade dos fatos” (l.19-20) pode ser suprimida do texto, uma vez que essa informação deve estar pressuposta em toda correspondência oficial.
- E O preenchimento do restante da linha após a última assinatura visa evitar que outras pessoas possam adulterar o final do texto.

# LEGISLAÇÃO APLICADA AO TJDF

## QUESTÃO 11

Nos termos da Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal e dos Territórios (LOJDFT), os órgãos integrantes da justiça do Distrito Federal (DF) e dos territórios **não** incluem

- A o Conselho da Magistratura.
- B as varas da Seção Judiciária do DF.
- C os juízes de paz do DF.
- D os tribunais do júri do DF.
- E os juízes de direito substitutos do DF.

## QUESTÃO 12

Acerca da LOJDFT, assinale a opção correta.

- A Considere a seguinte situação hipotética.  
Fernando e Letícia, casados entre si, são juízes de direito aprovados em regular concurso público. Com o tempo, vieram a ser promovidos, no mesmo mês, para o cargo de desembargador do TJDF.  
Nessa situação, por serem ambos juízes de carreira, não haveria impedimento legal a que os dois viessem a ser lotados na mesma turma de julgamento do tribunal.
- B Os homicídios decorrentes de acidentes de trânsito serão julgados pelo tribunal do júri, ainda quando cometidos culposamente.
- C Além do corregedor geral da justiça do DF, os juízes de direito têm competência para aplicar sanções disciplinares aos funcionários que lhes sejam subordinados, em certos casos.
- D A distribuição dos feitos entre as varas do DF compete, em regra, aos juízes de direito titulares, que a realizarão em audiência pública à qual pode comparecer representante do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil; a ausência destes, todavia, não impedirá a realização do ato.
- E Por falta de previsão legal, não é exigível a realização de exame psicotécnico no concurso para provimento do cargo de juiz de direito substituto do DF.

## QUESTÃO 13

Em relação ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (RITJDFT), assinale a opção correta.

- A Considere a seguinte situação hipotética.  
Foram empossados, no mesmo ato, os desembargadores Armando, Breno e Carolina, todos oriundos da carreira de juiz de direito do DF. Pela posição na carreira, o mais antigo era Armando, seguido de Breno e Carolina, respectivamente. Ao tomarem posse, existia vaga na 1.<sup>a</sup> e na 2.<sup>a</sup> Turma Cível e na 1.<sup>a</sup> Turma Criminal.  
Nessa situação, o provimento das vagas nas turmas do tribunal ocorrerá mediante sorteio entre os novos desembargadores, uma vez que tomaram posse simultaneamente.
- B As câmaras especializadas do TJDF serão sempre presididas pelo desembargador mais antigo que as integrar e enquanto este compuser o órgão.
- C O presidente do Conselho Especial e o das câmaras do TJDF jamais votam nesses órgãos.
- D O presidente do TJDF pode atribuir, unilateralmente, ao vice-presidente do órgão, as competências que entenda devam ser exercidas pelo segundo.
- E As turmas do TJDF somente podem reunir-se com a presença de pelo menos três desembargadores.

## QUESTÃO 14

A respeito do RITJDFT, julgue os itens seguintes.

- I Um juiz de direito que haja sofrido punição disciplinar nunca mais poderá ser convocado para substituir desembargador no TJDF.
- II As comissões permanentes do TJDF são compostas por desembargadores que necessariamente devem passar por rodízio ao término de cada mandato, uma vez que é proibida a recondução para essa função.
- III Se, durante as suas férias, um desembargador comparecer ao tribunal para proferir voto em determinado processo, isso não lhe dará direito a compensar o dia em que trabalhou durante o descanso.
- IV Considere que, em uma turma do TJDF, estejam lotados os desembargadores Marcos, Núbia, Oscar e Pedro, relacionados em ordem decrescente de antiguidade, sendo Marcos o presidente do órgão. Nessa situação, se Marcos se ausentar em férias, a presidência da turma tocará à desembargadora Núbia.
- V O registro dos processos na secretaria do tribunal far-se-á por ordem de recebimento, independentemente de o processo conter ou não pedido de medida liminar ou cautelar.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e V.
- D III e IV.
- E IV e V.

## QUESTÃO 15

No atinente ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A Nem todos os recursos e ações de competência do TJDF são sujeitos a preparo, isto é, ao pagamento de custas.
- B Se um desembargador estiver em gozo de férias, isso não impedirá que haja distribuição de processos à sua pessoa, a não ser que se trate de processo urgente ou em que haja pedido de medida liminar ou cautelar.
- C Sempre que um desembargador mudar de turma ou câmara, todos os processos ainda não julgados que lhe tenham sido distribuídos serão objeto de redistribuição.
- D Se um processo estiver no TJDF em grau de apelação e houver pedido de desistência do recurso, esse pedido deverá ser objeto de distribuição aleatória, para apreciação por parte do órgão colegiado ao qual for distribuído.
- E O relator deverá submeter a julgamento pelo colegiado competente as ações de competência originária e os recursos de competência do TJDF, ainda que estejam prejudicados ou sejam manifestamente inadmissíveis, improcedentes ou contrários a súmula ou à jurisprudência predominante do próprio tribunal ou de tribunal superior.

**QUESTÃO 16**

No que tange ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A** Nem todos os processos e recursos de competência do TJDFT são sujeitos a inclusão em pauta para serem julgados.
- B** Em todas as apelações cíveis, haverá revisor.
- C** Se, em sessão de julgamento do TJDFT, um advogado se comportar de maneira desrespeitosa ou inadequada, o presidente da sessão deverá adverti-lo tantas vezes quantas sejam necessárias; se o advogado persistir na conduta, o presidente poderá somente comunicar o fato à Ordem dos Advogados do Brasil e ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), se for o caso.
- D** As sessões de julgamento do TJDFT encerrar-se-ão necessariamente às dezoito horas, ainda que remanesçam processos incluídos na pauta para julgamento; nesse caso, o presidente da sessão deverá desde logo convocar sessão extraordinária para julgar os processos restantes.
- E** Nos processos que tramitem em segredo de justiça, serão sigilosas tanto a sessão de julgamento quanto a proclamação do respectivo resultado.

**QUESTÃO 17**

Relativamente ao RITJDFT, julgue os itens seguintes.

- I Quando houver de se manifestar oralmente nas sessões de julgamento, o Ministério Público deverá fazê-lo, em regra, após os advogados das partes.
- II No TJDFT, só se realizam sessões solenes em razão da posse de desembargadores.
- III Além das sessões solenes, pode haver também sessões especiais, estas destinadas a homenagear desembargador que se aposentar ou falecer.
- IV Nem sempre a lavratura do acórdão caberá ao relator originariamente designado pela distribuição do feito.
- V Sempre que, na sessão de julgamento, um desembargador pedir vista dos autos, os que ainda não tiverem votado deverão aguardar o retorno do processo após a vista.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.                      **B** 2.                      **C** 3.                      **D** 4.                      **E** 5.

**QUESTÃO 18**

No respeitante ao RITJDFT, assinale a opção correta.

- A** A execução dos julgamentos proferidos pelo TJDFT dependerá sempre da lavratura do acórdão, uma vez que este é a formalização do próprio julgamento.
- B** Se o procurador-geral de justiça do MPDFT requerer o arquivamento de inquérito ou peças de informação sobre possível crime cujo julgamento seja de competência originária do TJDFT, o relator do feito estará obrigado a deferir o arquivamento, ainda que dele discorde.
- C** Qualquer cidadão no gozo dos direitos políticos é parte legítima para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade no TJDFT.
- D** Uma vez promulgada lei ou ato normativo no âmbito do DF, imediatamente caberá o ajuizamento de ação declaratória de constitucionalidade, com a finalidade de evitar que decisões judiciais, sobretudo liminares e cautelares, venham a evitar a aplicação integral da norma.
- E** A ação de *habeas corpus* não pode ser julgada, em nenhum caso, sem que a autoridade impetrada preste informações.

**QUESTÃO 19**

Com referência ao Provimento Geral da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (PGC), assinale a opção correta.

- A** Nas varas do DF, o cumprimento de qualquer carta precatória depende do prévio preparo.
- B** O diretor de secretaria pode praticar atos de mero impulso dos processos judiciais, os quais devem estar previamente indicados em relação baixada pela Corregedoria da Justiça.
- C** Durante o período de férias forenses, suspende-se o funcionamento dos juizados especiais cíveis e criminais, embora estes possam funcionar, eventualmente, nos sábados, domingos e feriados.
- D** Apenas nas petições entregues nas secretarias, os servidores dos ofícios judiciais são obrigados a fornecer recibo, o qual consistirá na impressão do dia e hora da entrega, feita por relógio datador ou equipamento similar.
- E** Embora a vestimenta das pessoas seja uma das dimensões de sua individualidade, ela está sujeita à supervisão das autoridades judiciais no que tange aos servidores dos ofícios judiciais; por isso, pode o juiz exigir que esses servidores se trajem adequadamente durante o exercício de sua função.

**QUESTÃO 20**

No que respeita ao PGC, assinale a opção correta.

- A** Em face do interesse do serviço judicial e considerando os períodos de funcionamento do Poder Judiciário do DF, os servidores dos ofícios judiciais somente poderão gozar férias, em qualquer caso, nos meses de janeiro ou julho.
- B** Os servidores estudantes terão direito a jornada de trabalho reduzida em duas horas, durante os períodos letivos e enquanto durar o curso, desde que previamente requerida ao corregedor geral da justiça.
- C** Aos oficiais de justiça-avaliadores competirá atuar como peritos em todos os processos nos quais haja necessidade de qualquer prova pericial, e caber-lhes-á esclarecer os quesitos técnicos submetidos pelo juiz, pelas partes e seus assistentes técnicos, bem como pelo Ministério Público, conforme o caso.
- D** O diretor de secretaria pode ausentar-se do recinto da vara mesmo durante o horário de expediente, desde que seu substituto legal possa ali permanecer.
- E** Os oficiais de justiça-avaliadores terão prazo de trinta dias para cumprimento dos mandados que hajam recebido, salvo necessidade de prorrogação, autorizada pelo juiz perante o qual atuem.

**QUESTÃO 21**

No que se refere ao PGC, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em casos excepcionais e desde que faça comunicação prévia ao juiz emissor do mandado, o oficial de justiça-avaliador poderá atribuir a pessoa de sua estrita confiança o cumprimento de mandado judicial, mas a certidão da diligência e a responsabilidade pela correção dela ficarão, em qualquer caso, a cargo do servidor.
- Ⓑ Nos dias em que se comemorar o aniversário de cidade-satélite, não se suspenderá o expediente forense na respectiva circunscrição.
- Ⓒ Desde que o diretor de secretaria ou algum servidor da vara identifique o autor de telefonema que solicitar informação sobre o andamento processual, este poderá ser comunicado por telefone.
- Ⓓ Em nenhum caso, autos de processo poderão ser entregues a estagiário de curso de direito.
- Ⓔ Não é admissível a conferência, por parte do diretor de secretaria, de mais de uma cópia com o respectivo documento original.

**QUESTÃO 22**

No que diz respeito ao PGC, julgue os itens seguintes.

- I Com exceção da citação editalícia, nenhum ato referente a processo em segredo de justiça deve ser publicado na imprensa oficial.
- II Sempre que se constatar a existência de valor devido à fazenda nacional, deverá a secretaria providenciar a expedição de ofício à Procuradoria da Fazenda Nacional, a não ser nos casos em que o valor da dívida esteja abaixo de certo limite.
- III Nem todos os atos judiciais praticados em processos precisam ser enviados à publicação.
- IV Os livros obrigatórios e facultativos dos ofícios judiciais, enquanto forem adotados, podem ser impressos ou compostos por folhas soltas, mas, em todo caso, deverão ser numerados e encadernados e contar com termos de abertura e encerramento firmados pelo juiz.
- V Os livros obrigatórios dos ofícios judiciais não são os mesmos para todos os ofícios.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1.
- Ⓑ 2.
- Ⓒ 3.
- Ⓓ 4.
- Ⓔ 5.

**QUESTÃO 23**

Assinale a opção correta quanto ao PGC.

- Ⓐ Sempre que o Ministério Público oferecer denúncia ou for instaurado inquérito policial contra servidor do TJDF, o serviço de distribuição deverá comunicar o fato à Corregedoria do Tribunal, mas esta não precisará instaurar, de imediato e apenas por aquele fato, procedimento administrativo disciplinar contra o servidor.
- Ⓑ Qualquer espécie de bem móvel pode ser confiada à guarda do depositário público, sendo que, em se tratando de bem perecível, aquele deverá comunicar o recebimento ao juiz no prazo de 24 horas, a fim de obter autorização para leiloar o bem.
- Ⓒ Os mandados judiciais, na Circunscrição Especial Judiciária de Brasília, devem ser distribuídos aleatoriamente aos oficiais de justiça-avaliadores, para cumprimento em todo o território da circunscrição, com base na terminação numérica dos processos.
- Ⓓ Compete ao Serviço Psicossocial Forense determinar o afastamento temporário do servidor do TJDF que se encontre impossibilitado de desempenhar suas funções devido a transtornos de origem psicológica.
- Ⓔ Apenas o juiz titular da vara pode autorizar a movimentação de conta de depósito judicial.

**QUESTÃO 24**

Julgue os itens seguintes, relativos ao PGC.

- I Os processos com movimentação prioritária sobre todos os demais são as ações de *habeas corpus*, de mandado de segurança e cautelares.
- II Não é permitido o empréstimo de bens apreendidos por decisão judicial, tais como armas, ainda que a solicitação parta de outro juiz ou de desembargador do TJDF.
- III Todas as certidões emitidas de feitos em trâmite na justiça do DF, sobretudo as relativas a feitos criminais, devem ser assinadas pelo diretor de secretaria ou pelo juiz.
- IV Não compete aos juizados especiais criminais a execução de penas decorrentes de condenação.
- V Todos os alvarás de soltura, nas ações penais, dependem do pagamento das respectivas custas.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e V.
- Ⓒ II e IV.
- Ⓓ III e IV.
- Ⓔ III e V.

**QUESTÃO 25**

Em relação ao PGC e aos demais provimentos da Corregedoria da Justiça do DF, assinale a opção correta.

- Ⓐ Todos os juizados criminais especiais funcionarão, diariamente, no horário das 6 às 24 horas.
- Ⓑ Nos juizados especiais, todos os pedidos serão imediatamente autuados e enviados aos conciliadores, no prazo de até 24 horas.
- Ⓒ O juiz diretor do fórum será substituído, quando necessário, por juiz de direito que indicar ao corregedor geral da justiça.
- Ⓓ Uma vez designado o substituto do diretor do fórum para determinada ausência do diretor titular, não será necessário renovar a designação para as ausências subsequentes, ressalvada a possibilidade de designação diferente vir a ocorrer.
- Ⓔ Não há pagamento de despesas processuais nos juizados especiais.

## CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 26

O termo arquivologia é utilizado para definir estudos acerca de arquivos da Antiguidade, bem como para expressar o conjunto de determinações e conhecimentos para instalação, organização e administração de arquivos. O arquivo é o instrumento principal que serve de controle à ação administrativa de qualquer organização pública ou privada, consistindo em um centro ativo de informações. Acerca desse assunto, assinale a opção **incorreta**.

- A O arquivo deve adaptar-se à instituição, obedecendo a um plano racional e tecnicamente orientado.
- B A tabela de periodicidade de um arquivo é definida exclusivamente pelo arquivista responsável da empresa.
- C Quanto à temporalidade, os arquivos podem ser classificados como passivos ou históricos e ativos ou administrativos.
- D Quando bem organizado, o arquivo transmite ordens, evita repetições desnecessárias de experiências e diminui a duplicidade de trabalho.
- E A escolha do método de arquivamento a ser adotado pela organização deve ser feita pelo arquivista, ouvidos os responsáveis pelos diversos setores daquela organização.

### QUESTÃO 27

Na administração financeira, o critério de maximização do lucro é geralmente bastante aceito, embora apresente algumas deficiências. Com relação às deficiências desse critério, assinale a opção **incorreta**.

- A Desconsidera os riscos ou as incertezas do mercado.
- B Ignora a variação do valor do dinheiro com o passar do tempo.
- C É insuficiente para garantir a eficácia do processo decisório.
- D Apresenta ambigüidade no cálculo do que vem a ser o lucro.
- E Conduz à igualdade na distribuição dos benefícios econômicos.

### QUESTÃO 28

Para se manter competitiva no mercado, a empresa deve minimizar custos e gerar lucros satisfatórios. Assim, a função de compras consiste em um elemento essencial da administração de materiais. Nesse sentido, assinale a opção que **não** constitui objetivo da área de compras.

- A Obter um fluxo contínuo de suprimentos a fim de atender aos programas de produção da empresa.
- B Coordenar um fluxo de suplementação de maneira que seja aplicado um mínimo possível de investimento.
- C Comprar materiais e insumos aos menores preços, mantendo a qualidade do produto em níveis desejados.
- D Envolver um grande contingente de pessoal no processo de compra.
- E Procurar, por meio de uma negociação honesta, as melhores condições para a empresa.

### QUESTÃO 29

A administração de recursos humanos (ARH) é uma área interdisciplinar e relativamente nova. Envolve conceitos de áreas de conhecimento como Psicologia Organizacional, Engenharia Industrial, Direito, Engenharia de Segurança, Medicina do Trabalho etc.

Os assuntos tratados pela ARH referem-se tanto a aspectos internos da organização (abordagem introversiva), como a aspectos externos (abordagem extroversiva).

A ARH faz uso de técnicas que são aplicadas diretamente ou indiretamente às pessoas, visando obter e fornecer dados ou subsídios para a tomada de decisões organizacionais.

Com relação a esse tema, é correto afirmar que as técnicas de ARH de abordagem introversiva incluem

- A plano de carreiras, plano de cargos e salários e política de incentivo ao bom desempenho.
- B análise e descrição de cargos, treinamento operacional, recrutamento e seleção de pessoal.
- C acompanhamento e avaliação de desempenho, pesquisa de benefícios e remuneração variável.
- D higiene e segurança no trabalho, relações sindicais e legislação trabalhista.
- E pesquisa de salários e benefícios, relações com entidades de formação profissional e seleção de pessoal.

### QUESTÃO 30

A eficiência e a eficácia da ARH de uma organização dependem da ação conjunta de todos os empregados, mas é de responsabilidade gerencial. Cabe ao gerente a missão de comando; ele deve ser um líder a fim de conseguir a colaboração de sua equipe, em benefício da organização e da coletividade. Nesse âmbito, ao desempenhar suas atividades, o gerente de recursos humanos deve

- A distribuir o trabalho, comprar novos equipamentos, acompanhar e avaliar o desempenho.
- B emitir opinião pessoal acerca de aspectos do trabalho e do funcionamento da organização a terceiros.
- C reconhecer a individualidade manifestada por meio de características herdadas ou adquiridas e dispensar tratamento particularizado aos empregados da organização.
- D proferir em público reações de apreço a grupos religiosos ou comunitários que compartilhem de suas crenças.
- E oferecer *feedback* aos empregados, bem como promover o bem-estar das equipes, concedendo remuneração variável como diferencial para os mais competentes.



**QUESTÃO 31**

Estênio ajuizou ação contra o Banco do Brasil S.A. (BB), com o objetivo de obter reparação por dano moral decorrente de indevida inclusão de seu nome no cadastro de devedores de cheques sem fundos.

Acerca dessa situação hipotética, é correto afirmar que a ação deve ser proposta na

- A justiça federal, mas o dano moral só será indenizável se houver prova do prejuízo material.
- B justiça estadual, porque o BB não é ente da administração pública direta nem indireta da União.
- C justiça federal, sendo perfeitamente possível requerer reparação de dano moral pela ofensa à honra, sem prova do prejuízo material.
- D justiça estadual, porque, embora o BB pertença à administração pública indireta da União, as sociedades de economia mista não possuem foro na justiça federal.
- E justiça federal ou na justiça do DF, a critério do autor, porque o BB compõe a administração pública da União e tem sede em Brasília.

**QUESTÃO 32**

Julgue os itens abaixo, acerca de princípios constitucionais.

- I Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude de lei: esta idéia expressa o princípio da legalidade.
- II A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito: esta é a expressão do princípio da proteção judiciária.
- III A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada; nesses casos, está sendo protegida a segurança jurídica.
- IV Em face da previsão constitucional de que as provas obtidas por meios ilícitos são inadmissíveis no processo, o juiz deve desconsiderar tais provas, podendo condenar o réu se existirem outras, lícitas, suficientes para tanto.
- V Ao prescrever que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal, a Constituição da República impede que crimes e penas sejam disciplinados por decretos.

A quantidade de itens certos é igual a

- A 1.      B 2.      C 3.      D 4.      E 5.

**QUESTÃO 33**

Ao julgar uma lide em primeira instância, o juiz estadual negou aplicação a uma lei federal, entendendo que o Congresso Nacional, ao elaborá-la, ofendeu a Constituição da República.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A O juiz estadual, por motivo de inconstitucionalidade, só pode deixar de aplicar leis municipais e estaduais, mas não as federais.
- B Somente o Supremo Tribunal Federal (STF) pode declarar a inconstitucionalidade de leis.
- C No Brasil, vigora o sistema difuso de controle de constitucionalidade, em razão do qual juízes e tribunais podem afastar a aplicação de qualquer lei considerada inconstitucional.
- D A decisão do juiz será válida, se proferida em ação direta de inconstitucionalidade.
- E A decisão do juiz terá eficácia para todos os cidadãos que se sentirem prejudicados pela mesma lei federal.

**QUESTÃO 34**

Quanto à organização da justiça eleitoral, assinale a opção **incorreta**.

- A O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é composto de membros provindos da magistratura e da advocacia.
- B Os juízes eleitorais são escolhidos mediante concurso público especialmente realizado para esse fim.
- C Há um tribunal regional eleitoral na capital de cada estado da Federação e no DF.
- D O Código Eleitoral é o diploma que dispõe sobre a organização e a competência dos tribunais, dos juízes e das juntas eleitorais.
- E As decisões proferidas pelo TSE podem comportar recurso para o STF, quando contrariarem a Constituição da República.

**QUESTÃO 35**

Carlos foi preso, acusado de não estar pagando pensão alimentícia devida às suas filhas.

Considerando essa situação hipotética e o regime dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A Se não houve flagrante, a prisão de Carlos será considerada ilegal.
- B Se Carlos pagou corretamente a pensão, pode obter a liberdade, mas não por meio de *habeas corpus*, pois essa ação só é possível quando a prisão ilegal decorre de acusação de crime.
- C A prisão de Carlos é incabível, porque o STF já declarou que tal procedimento não é aplicável em caso de não-pagamento de dívida.
- D A prisão de Carlos é, em princípio, legal, podendo ser executada de dia ou à noite, na residência dele.
- E A prisão de Carlos é, em princípio, legal, mas deve ser necessariamente ordenada por escrito, por juiz competente.

**QUESTÃO 36**

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta a respeito das formas de provimento dos cargos públicos.

- A Reintegração é a investidura de servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental.
- B Recondição é o retorno de servidor público estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou de reintegração do anterior ocupante.
- C Reversão é a reinvestidura de servidor estável no cargo anteriormente ocupado, quando invalidada a sua demissão.
- D Aproveitamento é a passagem de servidor estável de cargo efetivo para outro de igual denominação, pertencente a quadro de pessoal diverso, de órgão ou instituição do mesmo poder.
- E Readaptação é o deslocamento do servidor, a pedido, no âmbito do mesmo quadro com mudança de sede.

**QUESTÃO 37**

Conforme a Lei n.º 8.112/1990, no que diz respeito às penalidades aplicáveis ao servidor público, assinale a opção correta.

- A A inassiduidade habitual é causa de demissão.
- B A demissão por improbidade administrativa depende de prévia condenação judicial.
- C Em qualquer situação, o servidor apenado com pena de suspensão não poderá ser obrigado a permanecer em serviço.
- D O servidor aposentado não está sujeito em nenhuma hipótese a pena disciplinar por ato cometido quando estava em atividade.
- E O abandono de cargo só se configura após sessenta dias consecutivos de ausência intencional do servidor público.

**QUESTÃO 38**

De acordo com a Lei n.º 10.475, de 27/6/2002, que alterou a Lei n.º 9.421, de 24/12/1996, referente à estrutura das carreiras dos servidores do Poder Judiciário da União, assinale a opção correta.

- A A promoção é vedada durante o estágio probatório.
- B A progressão funcional é a movimentação do servidor de uma classe para outra.
- C O Poder Judiciário pode prover a totalidade de seus cargos em comissão com pessoas estranhas ao seu quadro de pessoal.
- D É permitida a terceirização de atividades típicas das carreiras jurídicas.
- E O interstício mínimo entre uma promoção e outra é de seis meses.

**QUESTÃO 39**

Acerca das partes e da sua capacidade processual, assinale a opção **incorreta**.

- A Além da capacidade de ser parte, a lei processual exige a capacidade processual, para fazer-se presente no processo, atributo que, em relação às pessoas físicas, somente os civilmente capazes possuem.
- B A pessoa jurídica tem início com o registro dos atos constitutivos no órgão próprio.
- C Os entes civilmente despersonalizados, como a massa falida, o condomínio e as sociedades de fato, possuem capacidade de ser parte.
- D Os absolutamente incapazes atuam no processo por meio de seus representantes legais, enquanto os relativamente incapazes, assistidos por eles.
- E Os vícios relativos à incapacidade processual ou à irregularidade de representação das partes, por constituírem nulidades absolutas, não podem ser sanados e, uma vez verificados pelo juiz, levam à imediata extinção do processo.

**QUESTÃO 40**

Julgue os itens subseqüentes, a respeito da atuação das partes e dos auxiliares da justiça no processo.

- I Se o menor não tiver representante legal e o juiz lhe nomear um curador especial que não seja habilitado tecnicamente para postular em juízo, este poderá atuar no processo sem necessidade de constituir advogado, pois a nomeação do juiz supre a falta de capacidade postulatória.
- II O escrivão pode praticar atos meramente ordinatórios, independentemente de despacho judicial, tais como juntada de documentos e vista obrigatória.
- III De regra, proposta a ação, o que ocorre com o despacho ou com a distribuição da inicial, em princípio a competência então determinada não mais se altera, perpetuando-se perante aquele juízo.
- IV A redução das audiências a termo é atividade que, embora atribuída ao escrivão, pode ser executada por escrevente, o que normalmente acontece.
- V Qualquer pessoa, ainda que não seja parte no processo, pode pedir ao escrivão que forneça certidão dos atos e termos do processo, e, tendo em vista o princípio constitucional da publicidade, qualquer advogado ou estagiário de direito pode retirar os autos do cartório, pelo prazo de dez dias, ainda que não seja patrono de nenhuma das partes, desde que possua carteira da OAB e desde que o processo não corra em segredo de justiça.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e V.
- B I, III e IV.
- C I, IV e V.
- D II, III e IV.
- E II, III e V.

**QUESTÃO 41**

Julgue os itens seguintes, relativos à tramitação do processo civil.

- I O representante do Ministério Público tem vista pessoal dos autos, sendo intimado, pessoalmente, por oficial de justiça, de todos os atos processuais.
- II Se o réu ou o advogado comparece em cartório, o escrivão pode efetivar a citação ou a intimação.
- III No processo de conhecimento clássico, o autor busca uma declaração do Estado que certifique o direito que afirma ter, enquanto no processo de execução o exequente já parte de um direito certo, buscando tão-somente atos materiais de satisfação daquele direito.
- IV Quando o tribunal anula a sentença de primeira instância e determina o retorno dos autos para que outra sentença seja proferida, o juiz que prolatara a sentença cassada fica impedido de atuar no processo e proferir nova sentença.
- V Quando o incapaz tem representante legal, e não existe conflito de interesses entre eles, o Ministério Público fica dispensado de atuar no feito como curador de incapazes.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e V.
- C II e III.
- D III e IV.
- E IV e V.

**QUESTÃO 42**

Com referência à atuação das partes no processo civil e dos atos processuais, assinale a opção **incorreta**.

- A** Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público tem vista dos autos depois das partes.
- B** Somente mediante autorização judicial, obtida caso a caso, poderá o escrivão dar certidão de qualquer ato ou termo do processo que não tramite em segredo de justiça.
- C** Os processos que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores correm em segredo de justiça e, nesses casos, o direito de consultar os seus autos e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e a seus procuradores e, em algumas hipóteses, a terceiro que tenha interesse jurídico, mediante autorização judicial.
- D** Nenhuma intimação pode obrigar o comparecimento se não for feita com, no mínimo, 24 horas de antecedência, se a lei não fixar prazo maior.
- E** As intimações dos atos que interessam às partes se fazem na pessoa de seu advogado, salvo apenas aqueles casos em que o ato a praticar seja pessoal e só possa ser realizado pela própria parte, como se dá no depoimento pessoal.

**QUESTÃO 43**

Julgue os itens que se seguem, relativos à ação penal.

- I A ação penal é privada sempre que a lei silenciar a respeito da sua titularidade ou da legitimação para agir.
- II A ação penal pública será promovida pelo Ministério Público, exigindo-se, em qualquer caso, manifestação de vontade do ofendido ou de seu representante legal.
- III A ação penal, seja pública ou privada, deverá ser promovida contra todos aqueles que participarem da ação delituosa.
- IV O Ministério Público é o titular da ação penal pública, sendo obrigatória a sua atuação, daí porque não pode o membro do *parquet* requerer o arquivamento do inquérito policial ou das peças de informação.
- V O prazo decadencial para oferecimento de queixa ou representação é contado da forma como se contam os prazos penais e não os prazos processuais penais, isto é, a partir da data em que a pessoa investida do direito de queixa ou de representação vier a saber quem foi o autor do crime, e não a partir do dia subsequente aos *dies a quo*.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** III e V.
- E** IV e V.

**QUESTÃO 44**

Acerca de inquérito policial, flagrante delito e prisões preventiva e temporária, julgue os itens abaixo.

- I O inquérito policial não é peça necessariamente indispensável ao oferecimento de denúncia pelo Ministério Público.
- II Constitui flagrante delito a situação em que se encontra o agente que, após subtrair um veículo do estacionamento de um mercado, empreende fuga e é surpreendido por uma *blitz* policial, montada em razão da notícia do crime, na posse do veículo furtado, logo após a prática do delito, nada obstante não se tenha verificado perseguição alguma.
- III Somente a requerimento do Ministério Público poderá ser decretada a prisão preventiva do autor de crime de ação penal pública.
- IV Havendo fundadas razões e tratando-se de crime de formação de quadrilha, poderá o juiz, de ofício, em despacho fundamentado, decretar a prisão temporária do indiciado, como garantia da ordem pública.
- V Caso o delegado de polícia represente pela prisão preventiva do indiciado, e se o juiz entender que não há necessidade de se decretá-la, o delegado não poderá interpor qualquer recurso contra a decisão judicial.

Estão certos apenas os itens

- A** I, II e V.
- B** I, III e IV.
- C** I, IV e V.
- D** II, III e IV.
- E** II, III e V.

**QUESTÃO 45**

Com referência a aspectos diversos do direito processual penal, julgue os itens que se seguem.

- I Nos crimes de ação pública incondicionada, qualquer pessoa — ainda que não seja vítima, ou esteja envolvida no crime — pode ser autora de *notitia criminis*, provocando a iniciativa da autoridade policial ou do Ministério Público.
- II Decretada a revelia do réu, este não mais será intimado de qualquer outro ato processual, inclusive da sentença condenatória.
- III A parte da sentença que o juiz julga procedente ou improcedente a pretensão, pondo fim à lide e declarando o direito aplicável à espécie, denomina-se parte dispositiva da sentença.
- IV Em caso de não-comparecimento do réu, citado por edital, para ser interrogado, o juiz decretará a revelia do acusado, nomeando um defensor dativo para promover a sua defesa.
- V A partir da intimação da sentença, começa a fluir o prazo para a interposição do recurso.

A quantidade de itens certos é igual a

- A** 1.
- B** 2.
- C** 3.
- D** 4.
- E** 5.

**QUESTÃO 46**

Com referência à apelação à luz do Código de Processo Penal, assinale a opção **incorreta**.

- A** Se somente o réu houver apelado, o tribunal, no julgamento do recurso, não poderá agravar a pena.
- B** É nulo o julgamento do recurso criminal na segunda instância sem a prévia intimação ou publicação da pauta, nisso não se incluindo o *habeas corpus*.
- C** No julgamento da apelação, caso se reconheça vício de procedimento, o tribunal, ao prover o recurso, reformará a sentença, julgando a lide.
- D** Da decisão que condena o réu e deixa de conceder o *sursis*, é cabível o recurso de apelação.
- E** A apelação interposta pelo réu que empreender fuga não será conhecida pelo tribunal, ao fundamento da deserção.

**QUESTÃO 47**

Com relação aos juizados especiais criminais, é correto afirmar que

- A** são órgãos exclusivos da justiça federal.
- B** só existem no DF e na União.
- C** trouxeram profundas modificações no procedimento processual penal tradicional.
- D** julgam quaisquer delitos cuja pena mínima seja inferior a dois anos.
- E** possuem como órgão julgador um colegiado de leigos.

**QUESTÃO 48**

Assinale a opção correta a respeito da audiência de instrução e julgamento no juizado especial criminal.

- A** Do ocorrido na audiência será lavrado termo, assinado pelo juiz e pelas partes, contendo extensa descrição dos fatos.
- B** A sentença deverá conter relatório, fundamentação e conclusão.
- C** Haverá defesa do acusado fornecida por escrito.
- D** O interrogatório ocorrerá após a oitiva das testemunhas.
- E** Poderão ser apresentadas alegações finais no prazo de dez dias.

**QUESTÃO 49**

Assinale a opção correta a respeito dos recursos cabíveis no juizado especial criminal.

- A** A apelação será interposta no prazo máximo de dez dias.
- B** Cabem embargos de declaração em quaisquer circunstâncias.
- C** Haverá recurso em sentido estrito da decisão de rejeição da denúncia.
- D** A apelação será julgada pelo tribunal de justiça.
- E** Só da decisão de rejeição da denúncia caberá apelação.

**QUESTÃO 50**

Julgue os delitos descritos nas situações a seguir.

- I Marta foi estuprada quando voltava do colégio (pena de 6 a 10 anos).
- II Marta foi ameaçada verbalmente pela sua vizinha (pena de 1 a 6 meses).
- III Marta foi baleada e morreu (pena de 6 a 20 anos).

Assinale a opção correta a respeito dessas situações.

- A** Nenhum dos três delitos será julgado perante os juizados especiais criminais.
- B** Apenas o delito II será julgado perante os juizados especiais criminais.
- C** Apenas o delito III será julgado perante os juizados especiais criminais.
- D** Apenas os delitos I e II serão julgados perante os juizados especiais criminais.
- E** Apenas os delitos I e III serão julgados perante os juizados especiais criminais.